

LITERATURA E DECOLONIALIDADE: CAROLINA DE JESUS E O ENFRENTAMENTO DO RACISMO EPISTÊMICO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Danielle Tudes Pereira Silva¹.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ.

<https://lattes.cnpq.br/4935982081177893>

RESUMO: O presente artigo analisa o trabalho com biografias na literatura infantil nos anos iniciais do Ensino Fundamental, tomando como eixo a vida e a obra de Carolina Maria de Jesus. Partindo da compreensão da literatura como prática estética, formativa e política, propomos discutir o potencial das narrativas biográficas para tensionar o currículo escolar e enfrentar o racismo epistêmico que historicamente marginaliza autoras negras e saberes produzidos nas periferias. Ancorado nos estudos das relações étnico-raciais e nas perspectivas decoloniais, o texto problematiza a centralidade de cânones eurocentrados na formação leitora e propõe a inserção de trajetórias como a de Carolina como ação de deslocamento e reexistência. Ao abordar sua experiência como mulher negra, favelada e escritora, a potência da biografia como dispositivo didático que articula literatura, memória e crítica social se destaca, favorecendo a construção de identidades positivas e o reconhecimento da pluralidade de vozes na produção cultural brasileira. Dessa forma, o trabalho com biografias de autoras negras nos anos iniciais constitui estratégia fundamental para a promoção de uma educação antirracista, ampliando repertórios, democratizando referências e contribuindo para práticas curriculares comprometidas com a justiça cognitiva e social.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Racismo Epistêmico. Decolonialidade.

LITERATURE AND DECOLONIALITY: CAROLINA DE JESUS AND THE CONFRONTATION OF EPISTEMIC RACISM IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY EDUCATION

ABSTRACT: This article analyzes the use of biographies in children's literature in the early years of Elementary Education, taking as its central axis the life and work of Carolina Maria de Jesus. Based on the understanding of literature as an aesthetic, formative, and political practice, the study discusses the potential of biographical narratives to challenge the school curriculum and confront epistemic racism, which has historically marginalized black women authors and forms of knowledge produced in peripheral contexts. Grounded in studies of ethnic-racial relations and in decolonial perspectives, the text problematizes the centrality of Eurocentric canons in the formation of readers and proposes the inclusion of trajectories such as that of Carolina as an act of displacement and re-existence. By addressing her experience as a black woman, a favela resident, and a writer, the analysis highlights the

power of biography as a pedagogical device that articulates literature, memory, and social critique, fostering the construction of positive identities and the recognition of the plurality of voices in Brazilian cultural production. In this sense, working with biographies of black women authors in the early years of schooling constitutes a fundamental strategy for promoting anti-racist education, expanding cultural repertoires, democratizing references, and contributing to curricular practices committed to cognitive and social justice.

KEYWORDS: Literature. Epistemic Racism. Decoloniality.

INTRODUÇÃO

A literatura infantil ocupa lugar estratégico na formação leitora e na constituição de referências simbólicas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Longe de se restringir exclusivamente ao entretenimento ou à instrumentalização pedagógica, se configura como uma importante prática estética e política, capaz de produzir sentidos sobre o mundo, sobre a história e sobre os sujeitos. Nesse contexto, o trabalho com o gênero textual biografia desponta como possibilidade potente de articular narrativa, memória e formação ética/estética, sobretudo quando orientado por uma perspectiva comprometida com a educação das relações étnico-raciais.

Este artigo propõe o debate em torno do trabalho com biografia na literatura infantil, tomando como foco a trajetória da escritora Carolina Maria de Jesus, cuja produção tensiona as hierarquias raciais e sociais que estruturam o campo literário brasileiro. Ao eleger sua vida e obra como objeto de reflexão, o texto parte do reconhecimento de que o currículo escolar, bem com a sociedade, é atravessado por dinâmicas de racismo epistêmico, que invisibilizam autoras negras e deslegitimam saberes produzidos fora dos centros hegemônicos.

A partir desse enquadramento, o trabalho aborda inicialmente o conceito de literatura infantil como espaço de formação crítica e construção de repertórios culturais. Em seguida, o racismo epistêmico é problematizado evidenciando como determinadas trajetórias são sistematicamente excluídas. Por fim, a potência pedagógica da biografia de Carolina Maria de Jesus será analisada como dispositivo didático capaz de promover identificação, ampliar horizontes de representação e fomentar práticas antirracistas desde a infância.

Esse estudo afirma o trabalho com literatura e biografias como estratégia de enfrentamento das desigualdades e de construção de uma educação comprometida com a justiça cognitiva e social.

OBJETIVO

Este artigo tem como objetivo central analisar o trabalho com o gênero biografia na literatura infantil nos anos iniciais do Ensino Fundamental, tomando a trajetória da escritora Carolina Maria de Jesus como eixo estruturante sob a perspectiva das relações étnico-raciais e da decolonialidade. Dessa forma, pretendemos compreender de que modo a inserção de biografias de autoras negras no cotidiano pedagógico pode tensionar práticas marcadas pelo racismo epistêmico e ampliar os repertórios culturais e identitários oferecidos

às crianças.

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, uma vez que busca produzir conhecimentos voltados à intervenção no contexto educacional dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Foi realizada pesquisa bibliográfica fundamentada em produções acadêmicas sobre literatura infantil, educação das relações étnico-raciais, racismo epistêmico e decolonialidade. A pesquisa também está fundamentada nas experiências da autora como docente dos anos iniciais em turmas do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ).

DESENVOLVIMENTO

Nos anos iniciais do ensino fundamental, o contato com textos literários é central no processo de constituição do imaginário, na ampliação dos repertórios simbólicos e na construção das primeiras referências de mundo que orientam a formação leitora e a vida. Nesse sentido, a literatura infantil não apenas introduz as crianças ao universo da linguagem literária, mas também produz sentidos sobre identidades, pertencimentos, hierarquias sociais e modos de existência.

Autores como Antonio Candido (1995) defendem que a literatura constitui um direito humano, uma vez que possibilita o exercício da imaginação, a elaboração simbólica da experiência e a ampliação da sensibilidade diante do mundo. No contexto escolar, essa compreensão implica reconhecer que as obras literárias selecionadas para o trabalho pedagógico não são neutras, pois carregam visões de mundo, perspectivas históricas e posições sociais que influenciam diretamente os processos de formação das crianças. Assim, discutir literatura infantil no âmbito da escola exige também problematizar quais narrativas são legitimadas, quais sujeitos são representados e quais experiências permanecem silenciadas.

Historicamente, o campo da literatura infantil no Brasil foi fortemente marcado pela predominância de referenciais eurocentrados e por representações que, muitas vezes, reproduzem estereótipos raciais ou invisibilizam a presença negra na produção literária. Nesse contexto, a ampliação do repertório literário oferecido às crianças é uma tarefa central para uma educação comprometida com a diversidade cultural. A incorporação recente de obras que evidenciam trajetórias, vozes e experiências historicamente marginalizadas constitui, portanto, uma estratégia pedagógica relevante para tensionar os limites do cânone e promover processos formativos mais plurais.

Entre os diferentes gêneros presentes na literatura infantil, a biografia ocupa um lugar particularmente potente nesse processo. Ao narrar trajetórias de vida, esse gênero literário aproxima as crianças de experiências concretas de sujeitos históricos, articulando memória, narrativa e formação identitária. A biografia, nesse sentido, opera como um

dispositivo de mediação entre a experiência individual e os processos sociais mais amplos, permitindo que os leitores compreendam como as histórias pessoais se entrelaçam com contextos históricos, culturais e políticos.

Quando mobilizada no espaço escolar, possibilita que as crianças conheçam diferentes percursos de vida, ampliando suas referências de identificação e pertencimento. Mais do que apresentar personagens exemplares, o trabalho com biografias pode favorecer a construção de uma leitura crítica da realidade, evidenciando desigualdades sociais, formas de resistência e processos de produção cultural frequentemente invisibilizados.

Nessa perspectiva, concordamos com Jorge Larrosa (1996) e incluímos as biografias quando o autor, ao tratar de gêneros literários como meditações, epístolas e ensaios, evidencia uma maneira de compreender a literatura não como um discurso que pretende explicar o mundo de maneira totalizante, mas como uma forma de produção de sentido situada, que dialoga diretamente com as experiências concretas dos sujeitos.

O que é característico, nesse tipo de textos, é que, apesar de serem humildes em sua pretensão cognoscitiva, apesar de não pretenderem a universalidade em seus enunciados, apesar de serem voluntariamente fragmentários, não perdem de vista a situação vital de seus destinatários, não se afastam dos desejos de transformação das vidas concretas das pessoas. Esse tipo de literatura não pretende dizer a verdade sobre o que são as coisas, mas pretendem veicular um sentido para aquilo que nos passa. E, a partir desse ponto de vista, o que transmitem não pretende ser compreendido e sabido, senão aceito e acolhido de uma forma sempre plural em uma vida humana sempre particular e concreta. (LARROSA, 1996, p. 145.)

A adoção desse referencial é relevante quando articulada ao trabalho com a biografia de Carolina Maria de Jesus nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nascida em 1914, em Sacramento (MG), com escolarização formal interrompida ainda na infância, Carolina migrou para São Paulo, onde viveu na favela do Canindé como catadora de papel e mãe solo. Seus registros cotidianos, escritos em cadernos encontrados no lixo, deram origem à obra *Quarto de Despejo* (2014), na qual narra a experiência da fome, da desigualdade e da exclusão social. Em passagens como “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome” e “Hoje não temos nada para comer”, a autora articula vivência individual e crítica estrutural, revelando consciência histórica e aguda percepção das contradições sociais.

A leitura de Carolina permitiu que as crianças encontrassem não apenas informações sobre uma autora, mas sentidos possíveis para compreender sua realidade social e suas próprias experiências. O trabalho realizado nas turmas tomou como referência duas biografias da autora: uma publicada pela editora Mostarda intitulada “Carolina Maria de Jesus”, de Orlando Nilha e uma publicada pela editora Ciranda Cultural, da Coleção Vidas que Inspiram “Carolina Maria de Jesus”, de Adriana Navarro. Além disso, a obra “Procurase Carolina, de Otávio Júnior.

Figura 1: Obras utilizadas para o estudo da biografia de Carolina de Jesus



Fonte: acervo pessoal.

O trabalho realizado com as obras seguiu o percurso de apresentação dos livros, leitura coletiva, compreensão leitora oral e escrita, debate sobre os sentidos atribuídos pelas crianças a partir das suas vivências, extrapolação com pesquisas que objetivaram aprofundar aspectos levantados pelas obras e o registro em linguagens diversificadas. Nesse caminho, as crianças perceberam que a história de vida da autora emerge de experiências ordinárias: a pobreza, o trabalho, a maternidade e a vida na favela. Essas primeiras leituras culminaram na apreciação da obra de Carolina de Jesus, “Quarto de despejo”.

O contato com essas narrativas permitiu aos pequenos descobrirem que a literatura pode nascer de lugares comuns e de vozes que historicamente foram silenciadas, o que contrasta com o modo como o conhecimento moderno foi organizado, ou seja, a partir de uma hierarquização racial dos saberes no seio da colonialidade do poder. Para Aníbal Quijano (2005), criador desse conceito, a colonialidade do poder pode ser compreendida como um modelo histórico de organização das relações de poder em escala mundial que se constituiu a partir do processo de colonização das Américas e que permanece atuando até hoje. Dessa forma, a colonialidade do poder designa a persistência dessas hierarquias sociais, culturais e epistêmicas originadas no período colonial e que continuam influenciando a organização das sociedades até hoje.

A colonialidade do poder instituiu uma hierarquização profunda entre diferentes modos de produzir conhecimento e consolidou a ideia de que os conhecimentos produzidos na Europa ou a partir de seus referenciais culturais seriam universais e superiores. Como consequência, outros modos de conhecer, vinculados a tradições indígenas, africanas, populares ou periféricas, passaram a ser deslegitimados, invisibilizados ou considerados formas inferiores de saber.

É nesse ponto que se articula o conceito de **racismo epistêmico**. Esse termo designa o processo pelo qual determinados conhecimentos são sistematicamente desvalorizados ou

excluídos dos espaços de legitimidade intelectual devido à origem social, racial ou cultural de seus produtores. Em outras palavras, não se trata apenas da marginalização de certos conteúdos, mas da própria negação da capacidade de determinados grupos de produzir conhecimento válido. O racismo epistêmico opera, portanto, como uma dimensão específica da colonialidade do poder, pois sustenta a hierarquia entre saberes ao associar legitimidade intelectual a determinadas matrizes culturais, especialmente aquelas vinculadas à tradição europeia.

Assim, a colonialidade do poder não se restringe à dominação econômica ou política herdada do colonialismo. Ela envolve também o controle da produção de sentidos, das formas de conhecimento e das maneiras pelas quais as sociedades interpretam a realidade. Ao reconhecer a existência desse padrão histórico de poder e suas implicações epistêmicas, torna-se possível problematizar as hierarquias que estruturam os sistemas educacionais, os cânones culturais e os espaços de produção intelectual, abrindo caminho para a valorização de perspectivas plurais e historicamente silenciadas.

A leitura da trajetória de Carolina Maria de Jesus pode funcionar como uma prática pedagógica que tensiona essa hierarquia epistêmica, ao reconhecer como literária e relevante a escrita produzida por uma mulher negra, pobre e periférica que pauta as opressões à que estava submetida. Em um trecho da biografia, que consta da coleção Vidas que inspiram, lemos que

Naquela época, o racismo era muito pior...Carolina se sentia humilhada, rejeitada pelos demais e não entendia por que as pessoas poderiam ser consideradas melhores ou piores em razão de sua cor. Também não entendia por que os negros tinham menos direitos e oportunidades que os brancos. Você consegue entender isso? Apesar de jovem, ela enxergava com clareza a injustiça dessa situação. Além disso, sua família era extremamente pobre. Nada parecia fácil para a jovem Carolina. (NAVARRO, 2022, p. 12)

Essa foi a principal dimensão explorada, pois cada fragmento da narrativa foi uma porta de entrada para discussões sobre vida, dignidade, desigualdade social e resistência. Essa forma de escrita, muitas vezes considerada menor pela crítica literária tradicional, questiona justamente aquilo que Quijano (2005) identifica como um efeito do racismo epistêmico: a tendência de desqualificar produções intelectuais que não se enquadram nos modelos consagrados pelo cânone eurocêntrico, inclusive nos usos da linguagem, como reconhecemos na abertura do Quarto de despejo.

15 de julho de 1955 Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimenticios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar.

Eu não tinha um tostão para comprar pão então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Ele ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros. Comprei 20 de carne. 1 quilo de toucinho e 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de

queijo. E o dinheiro acabou-se.

Ao reconhecer valor literário e formativo nesses fragmentos do cotidiano, a prática pedagógica rompe com a lógica que associa legitimidade cultural apenas às formas consagradas de escrita.

Para estudantes que também vivem em contextos de desigualdade ou que convivem com essa realidade em seu entorno social, a narrativa da autora produz identificação e reconhecimento. Essa dimensão é particularmente significativa quando pensamos nos coletivos indígenas e afrobrasileiros, que foram sistematicamente excluídos do estatuto de produtores legítimos de saber. Ao trazer a escrita de Carolina Maria de Jesus para o espaço escolar, o trabalho pedagógico contribui para desestabilizar essa estrutura, ampliando o repertório de vozes reconhecidas como portadoras de conhecimento e experiência.

No contexto da formação leitora nos anos iniciais, a biografia de Carolina Maria de Jesus favorece justamente essa dimensão interpretativa da leitura. Ao discutir a trajetória da autora, os estudantes são convidados a refletir sobre questões como injustiça, perseverança, escrita e memória. Cada criança pode acolher essas experiências de maneira singular, relacionando-as com sua própria visão de mundo. Essa pluralidade de interpretações também se relaciona com a crítica ao universalismo abstrato do pensamento eurocêntrico. A modernidade construiu a ideia de uma racionalidade universal que invisibilizou a diversidade de experiências históricas e culturais. Ao valorizar a narrativa situada de Carolina Maria de Jesus, a prática literária escolar contribui para afirmar a legitimidade de perspectivas localizadas e plurais na produção de sentidos sobre o mundo.

Dessa maneira, compreender a literatura infantil como espaço de formação crítica implica reconhecer seu papel na constituição de repertórios culturais mais amplos, diversos e socialmente comprometidos. O trabalho com biografias, especialmente de autoras negras como Carolina Maria de Jesus, torna-se, assim, uma estratégia pedagógica fundamental para ampliar horizontes de leitura, democratizar referências culturais e contribuir para a construção de uma educação literária orientada pelos princípios da justiça social e cognitiva.

Mais do que tematizar a pobreza, o trabalho pedagógico analisado evidenciou Carolina como escritora, intelectual e cronista de seu tempo, evitando reduzi-la à condição de vítima. Conforme Kilomba (2019), romper o silenciamento implica reconhecer sujeitos negros como produtores de conhecimento. Nesse sentido, Carolina emerge não apenas como objeto de estudo, mas como referência autoral e inspiração para a produção literária das classes populares. Sua trajetória demonstra que a escrita pode constituir instrumento de afirmação, memória e resistência, mesmo em contextos de extrema precariedade.

Essa reflexão nos leva a considerar que precisamos abordar a revisão crítica do currículo escolar e, de modo particular, as escolhas literárias realizadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Tal debate parte do reconhecimento de que o currículo não é um espaço neutro de transmissão de conhecimentos, mas um campo de disputas simbólicas no qual se definem quais histórias, vozes e experiências são consideradas legítimas para compor o repertório cultural das novas gerações. (ARROYO, 2011)

Como já afirmado, os currículos escolares historicamente foram organizados a partir de referenciais culturais eurocêntricos, privilegiando narrativas, autores e perspectivas vinculadas à tradição europeia. Essa configuração curricular produziu, ao longo do tempo, um processo de invisibilização ou marginalização das experiências históricas, culturais e intelectuais de populações negras, indígenas e de outros grupos racializados. Nesse contexto, a revisão do currículo constitui uma tarefa fundamental para a construção de uma educação comprometida com a pluralidade cultural e com a superação das desigualdades raciais.

No contexto brasileiro, essa agenda ganhou maior visibilidade a partir da promulgação da Lei 10.639/2003, posteriormente ampliada pela Lei 11.645/2008, que tornaram obrigatória a inclusão da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos da educação básica. Essas legislações não se limitam à inserção pontual de conteúdos específicos, mas convocam a escola a repensar de maneira mais ampla os fundamentos do currículo e os critérios que orientam a seleção de conhecimentos e materiais pedagógicos.

As perspectivas decoloniais oferecem ferramentas analíticas fundamentais para compreender as raízes históricas das hierarquias culturais que atravessam os currículos escolares, ao evidenciar como a colonialidade do poder, do saber e do ser continua estruturando regimes de conhecimento e legitimando determinadas tradições culturais em detrimento de outras (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2008; MALDONADO-TORRES, 2007; WALSH, 2013). Ao problematizar os efeitos persistentes da colonialidade nas formas de produção e legitimação do conhecimento, essas abordagens evidenciam como determinadas tradições intelectuais foram historicamente posicionadas como universais, enquanto outras foram desqualificadas ou silenciadas.

A crítica à colonialidade do poder e às formas de racismo epistêmico permite, assim, questionar a naturalização de determinados cânones culturais e abrir espaço para a valorização de produções literárias que emergem de contextos historicamente marginalizados considerando que os livros que circulam nas salas de aula, as autoras e autores apresentados como referência e as histórias compartilhadas coletivamente contribuem para a construção de imaginários sociais, influenciando a maneira como meninas e meninos percebem a si mesmos, aos outros e às relações sociais que os cercam.

Por essa razão, a revisão das escolhas literárias não deve ser entendida apenas como uma estratégia de diversificação do acervo, mas como uma ação pedagógica comprometida com a democratização das vozes presentes na cultura escrita. A incorporação de obras produzidas por autoras e autores negros, indígenas e pertencentes a outros grupos historicamente subalternizados amplia as possibilidades de representação e permite que diferentes experiências sociais sejam reconhecidas como parte legítima da produção literária.

Além disso, a presença dessas narrativas no cotidiano escolar contribui para tensionar estereótipos raciais e ampliar os horizontes de identificação das crianças. Para estudantes negros, a possibilidade de encontrar personagens, histórias e autorias que dialogam com

suas experiências pode fortalecer processos de reconhecimento e valorização de si. Para estudantes não negros, o contato com essas produções favorece o desenvolvimento de sensibilidades mais abertas à diversidade e à complexidade das experiências humanas.

As perspectivas decoloniais também convidam a repensar a própria forma como a literatura é trabalhada na escola. Em vez de restringir a leitura a exercícios de compreensão textual ou a abordagens excessivamente normativas, propõe-se uma prática literária que reconheça o texto como espaço de encontro entre diferentes mundos sociais e culturais. Nessa direção, a leitura literária pode tornar-se um espaço privilegiado para o diálogo, para a problematização das desigualdades e para a construção de uma consciência crítica sobre as relações de poder que atravessam a sociedade.

Assim, ao incorporar as contribuições dos estudos sobre relações étnico-raciais e das perspectivas decoloniais, o currículo dos anos iniciais pode transformar-se em um espaço mais plural e democrático, no qual múltiplas histórias, memórias e formas de conhecimento sejam reconhecidas. Mais do que ampliar listas de conteúdos ou autores, trata-se de promover uma revisão das bases epistemológicas que sustentam o currículo escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o trabalho com biografias na literatura infantil nos anos iniciais do Ensino Fundamental, tomando a trajetória de Carolina Maria de Jesus como eixo estruturante para problematizar o currículo escolar sob a perspectiva das relações étnico-raciais, do racismo epistêmico e da decolonialidade. À luz dos resultados apresentados, conclui-se que a inserção crítica e sistemática de sua biografia e de trechos de sua obra constitui estratégia pedagógica potente para o enfrentamento das hierarquias simbólicas que organizam o campo literário e o espaço escolar.

O trabalho com biografias, quando fundamentado teoricamente e mediado de forma contextualizada, amplia os horizontes de representação disponíveis às crianças, tensiona o cânone eurocentrado e contribui para a construção de referências identitárias positivas. A presença de Carolina no currículo desloca a centralidade de narrativas hegemônicas e afirma a legitimidade de saberes produzidos nas periferias urbanas, confrontando dinâmicas de epistemicídio e colonialidade do saber.

Conforme delineado nos objetivos, verificou-se que a literatura infantil, especialmente no gênero biográfico, pode operar como dispositivo formativo que articula estética, memória e crítica social. Ao apresentar Carolina como escritora, intelectual e cronista de seu tempo, a prática pedagógica analisada promove reconhecimento, identificação e reflexão crítica, reafirmando o direito à palavra e à produção de conhecimento por sujeitos historicamente subalternizados.

Conclui-se, portanto, que a incorporação de biografias de autoras negras nos anos iniciais não deve ser episódica ou comemorativa, mas integrada de modo estruturante ao projeto pedagógico. Tal movimento contribui para a consolidação de uma educação antirracista e decolonial, comprometida com a justiça cognitiva e com a democratização das

referências culturais. Ao reconhecer em Carolina Maria de Jesus uma grande inspiração para a produção literária das classes populares, a escola reafirma seu papel na formação de leitores críticos e na construção de uma cultura escolar plural, inclusiva e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 169–191.
- GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI**. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25–49, 2016.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.
- JÚNIOR, Otávio; SANTOS, Isabela. **Procura-se Carolina**. São Paulo: Yellowfante, 2022.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LAROSSA, Jorge. **Literatura, experiência e formação**. In: COSTA, Marisa Vorraber *et al.* *Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação*. Porto Alegre: Mediação, 1996.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre a colonialidade do ser: contribuições ao desenvolvimento de um conceito**. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2–3, p. 240–270, 2007.
- MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. *Cadernos de Letras da UFF, Niterói*, n. 34, p. 287–324, 2008.
- NAVARRO, Adriana de Almeida. **Carolina Maria de Jesus**. Ilustrações de Bill Borges. São Paulo: Ciranda Cultural, 2022.
- NILHA, Orlando. **Carolina: Carolina Maria de Jesus**. Ilustrações de Leonardo Malavazzi. São Paulo: Editora Mostarda, 2019.
- WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y pedagogía decolonial: apuestas (des)de el in-surgir, re-existir y re-vivir**. *Revista Educação e Sociedade, Campinas*, v. 34, n. 122, p. 25–46, 2013.